



Opinião Econômica

Cecilia Machado

Economista-chefe do Banco BoCom
BBM e professora do departamento de
economia da PUC-Rio



Cerco a supersalários é parte de ajuste no sistema de Justiça

Gastos acima do teto não são o único excesso

A suspensão do pagamento de verbas indenizatórias sem previsão legal no funcionalismo público é uma resposta institucional que se tornou possível sobretudo porque, nos últimos anos, um mínimo de transparência passou a permitir a quantificação desses excessos, hoje estimados em ao menos R\$ 20 bilhões anuais e concentrados no Poder Judiciário e no Ministério Público.

Mas os supersalários não são o único excesso produzido pelo nosso sistema de Justiça. Uma abordagem mais ampla exige olhar também para resultados - isto é, para a relação custo-efetividade do gasto.

Embora os relatórios produzidos para dar transparência às atividades da Justiça - como o Justiça

em Números - sejam incapazes de trazer qualquer discussão sobre a remuneração extrateto, as demais informações contidas neles são insumos importantes para a construção de uma visão crítica da nossa Justiça.

Entre eles, chama a atenção o excesso de litigiosidade: são hoje mais de 80 milhões de processos em andamento. Em termos per capita, isso equivale a cerca de 15 vezes o número observado na Europa.

É claro que isso é um problema. Quando a Justiça precisa dar sua palavra final em muitas disputas, os custos para a sociedade se ampliam, seja para as empresas, nas suas decisões de investimento e de contratação, seja para as pessoas, em acessos a benefi-

cios sociais, seja para o próprio governo, nas decisões de orçamento que disputam espaço com o pagamento de precatórios.

Mas o que estaria por trás de tanta litigiosidade? De um lado, é possível que ela reflita demandas sociais que requerem um Judiciário ativo. De outro, um Judiciário ativo também estimula a litigiosidade. O que vem primeiro, o ovo ou a galinha?

Nesse aspecto, vale notar o enorme crescimento de novos processos tramitando na Justiça do Trabalho: cerca de 50% desde 2021. Há crescimento de emprego no período, mas ele também coincide com o reestabelecimento de incentivos à litigância, a exemplo da decisão do próprio STF que declarou inconstitucionais trechos

da reforma trabalhista de 2017 que permitiam a transferência dos custos processuais para a parte perdedora.

Com tanta litigiosidade, o número de processos baixados indicador frequentemente utilizada por membros do Judiciário para aferir produtividade torna-se pouco informativo. Isso porque quanto maior a litigiosidade, maior a chance de processos com baixa chance de sucesso ingressarem no sistema de Justiça, o que por si só aumenta a chance de baixa. Além disso, o número de processos baixados inclui processos remetidos a outras instâncias, que ainda não receberam uma decisão definitiva. Neste caso, outras métricas, como a resolução ao final de todas as instâncias, a taxa de reforma das sentenças, ou mesmo a percepção da sociedade sobre o desempenho do Judiciário, medido por pesquisas de opinião, podem se mostrar mais apropriadas.

Somando Judiciário (R\$ 146,5 bilhões) e Ministérios Públicos da

União e dos Estados (R\$ 9 e 28 bilhões), os gastos alcançam 1,6% do PIB. Em perspectiva comparada, o Brasil apresenta o maior gasto entre 53 países considerados em uma análise do Tesouro Nacional, acima da média na amostra (em 0,37% do PIB), mas também acima de países emergentes - como a África do Sul (0,42%) -, de origem cultural semelhante - como Portugal (0,35%) - e de países que possuem legislações altamente protetivas que podem demandar maior atenção da Justiça - como a França (0,2%).

O retrato que emerge é o de um sistema de alto custo e de poder resolutivo questionável. A litigiosidade elevada, a demora nas decisões e a insegurança jurídica desestimulam o investimento, encarecem o crédito e aumentam o custo de fazer negócios. São elementos importantes do chamado custo Brasil. Por que gastamos tanto com uma Justiça que apresenta tantos gargalos em seu funcionamento?

Taxa única:
o upgrade que sua
conversão precisava.

Banri Global Account com IOF e Spread unificados
é mais dinheiro na conversão da moeda.

USD • EUR • GBP • CAD • AUD

Confiança do industrial gaúcho está negativa há 15 meses, informa a Fiergs

/INDÚSTRIA

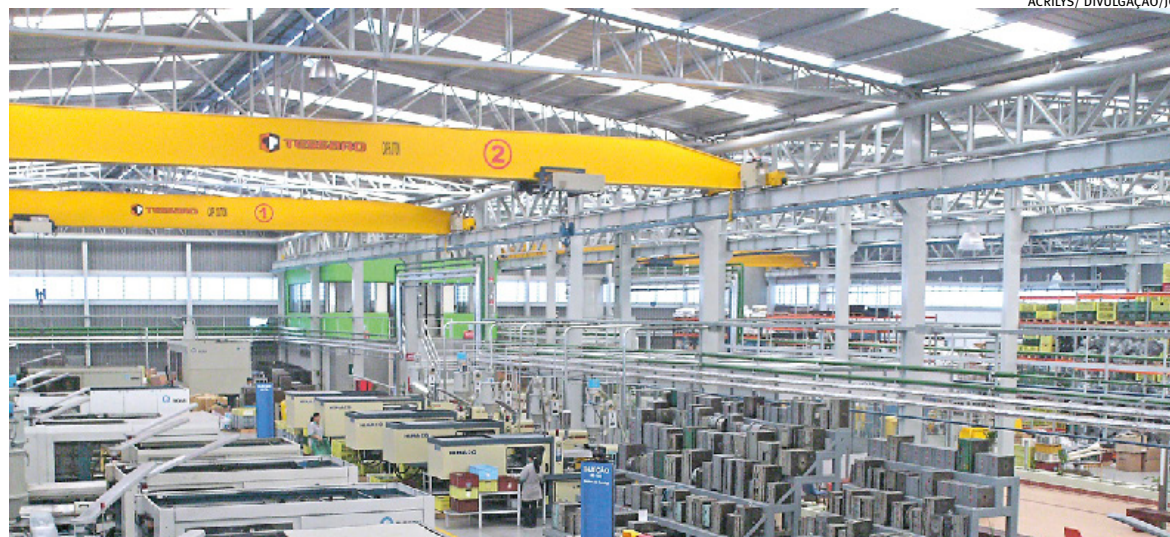
A confiança do industrial gaúcho registrou pequena desaceleração em fevereiro, segundo o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei-RS), divulgado ontem pelo Sistema Fiergs. O indicador saiu de 46,3 em janeiro para 46 pontos neste mês. O afastamento da linha dos 50 pontos sinaliza para um aumento do pessimismo no setor. “A pesquisa mostra que são 15 meses consecutivos de avaliação negativa entre os empresários. A indústria permanece com cenário desfavorável tanto na situação atual quanto nas expectativas futuras”, diz o presidente do Sistema Fiergs, Claudio Bier.

Segundo Bier, a persistência dos juros elevados, as tarifas impostas pelos Estados Unidos e o aumento das incertezas fiscais e regulatórias, incluindo as propostas de redução da jornada de trabalho em tramitação, contribuem para explicar este quadro desfavorável.

De acordo com o Icei-RS, o Índice de Condições Atuais oscilou de 41,7 pontos, em janeiro, para 41,6, em fevereiro, mostrando que a percepção de piora permanece em relação ao observado nos seis meses anteriores. Esse desempenho decorre do comportamento dos componentes que formam o cenário de condições atuais. Mesmo que no Índice de Condições da Economia Brasileira tenha ocorrido uma variação positiva de 0,4 ponto entre janeiro e fevereiro, de 36,3 para 36,7 pontos, ele permanece muito abaixo da linha dos 50. Nesse aspecto, 51,1% dos industriais gaúchos afirmaram que a situação piorou ou piorou muito, enquanto apenas 4,3% relataram melhora.

Já o Índice de Condições da Empresa caiu 0,3, fixando-se em 44,1 pontos, e 58,3% dos empresários indicaram que as condições não se alteraram.

Ao mesmo tempo, o Índice de Expectativas recuou 0,3 ponto em fevereiro, passando a 48,2, indica-



Pesquisa mostra que indústria gaúcha permanece com cenário desfavorável nas condições atuais e futuras

dor que permanece abaixo dos 50 pontos desde junho de 2025. São oito meses que os industriais gaúchos apresentam percepções negativas em relação aos próximos seis meses.

Entre os indicadores que integram esse índice, o de Expectativas da Própria Empresa caiu 1,2 ponto, atingindo 52,2, indicando

que os empresários seguem otimistas, ainda que menos em relação a janeiro de 2026. Já o Índice de Expectativas da Economia Brasileira avançou 1,5 ponto, alcançando 40,3, o maior valor desde junho de 2025. Porém, por ainda se situar bastante abaixo dos 50 pontos, segue indicando perspectiva de deterioração da econo-

mia nacional.

A pesquisa foi realizada entre os dias 2 e 12 de fevereiro, antes do anúncio da decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, no dia 20, que declarou ilegais algumas tarifas aplicadas ao Brasil. Foram consultadas 141 empresas, sendo 33 pequenas, 47 médias e 61 grandes.